

**EM DEFESA DAS
UNIVERSIDADES**

**REITORES
CRITICAM
CORTES NO
ORÇAMENTO**

Em reunião com parlamentares, dirigentes de universidades do Rio mostraram gravidade da crise orçamentária.

Página 3

**MINISTRO
ANUNCIA
REUNIÃO
COM LULA**

Em audiência na Câmara, Camilo Santana admitiu problemas orçamentários e prometeu encontro entre Lula e reitores

Página 4

**UFRJ
PROTESTA
CONTRA
SUCATEAMENTO**

Última reunião do Consuni foi marcada por protestos e relatos do impacto cotidiano do endividamento da UFRJ.

Página 5

**EX-REITORES
CRITICAM JORNAL
E DEFENDEM
UNIVERSIDADES**

Artigos inéditos dos professores João Salles, da UFBA, e Carlos Frederico, da UFRJ, condenam editorial da Folha contra ensino superior público.

Páginas 6 e 7



PARAGUAI – Escola rural na região de Pedro Juan Caballero, 1978.

Fotografia de **Sebastião Salgado** (1944-2025), o fotógrafo que retratou a força transformadora da

EDUCAÇÃO

TRAGA UM COLEGA PARA CONHECER A ADUFRJ E GANHE DOIS INGRESSOS PARA A PEÇA O MERCADOR DE VENEZA

Atenção, calouros da AdUFRJ! Quem se filiou recentemente, de 2022 para cá, pode participar da mais nova ação cultural do sindicato. Quem trazer um colega para conhecer a sede da AdUFRJ receberá dois ingressos para a peça "O Mercador de Veneza". Um será para o já sindicalizado e outro, para o colega visitante. A visita é uma oportunidade para descobrir as atividades e ações da AdUFRJ em defesa dos docentes. Serão disponibilizadas entradas para o dia 6 de junho e as vagas são limitadas. Baseada no texto clássico de William Shakespeare, a peça está em cartaz no Teatro Nelson Rodrigues (Caixa Cultural, Avenida República do Paraguai, 230, no Centro). A direção da montagem é de Daniela Stibulov, e o elenco é encabeçado por Dan Stulbach, que interpreta o judeu Shylock, personagem central da trama. Venha tomar um café na AdUFRJ e saber um pouco mais sobre os convênios, os serviços e as ações do seu sindicato! A promoção vale a partir da segunda-feira, 26.

DAN STULBACH
EM

O MERCADOR DE VENEZA

WILLIAM SHAKESPEARE

DIREÇÃO
DANIELA STIBULOV

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB PET



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC

Psicare PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS



MACAÉ



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



RIO DE JANEIRO E MACAÉ



INSPIRE ENERGIA SOLAR



KALUNGA PAPELARIA



DROGARIA RAIA



WELLHUB

FEDERAIS PEDEM SOCORRO

> Encontro de dirigentes das instituições federais de ensino do Rio de Janeiro com parlamentares da bancada fluminense expõe situação precária de universidades e institutos com cortes no orçamento



FOTOS: FERNANDO SOUZA

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

Foi como um grito de socorro. Pressionados pela falta de recursos para honrar compromissos básicos como o pagamento de contas de água e energia, dirigentes de instituições federais de ensino do Rio de Janeiro se reuniram nesta segunda-feira (19) para expor seu dramático quadro orçamentário a parlamentares da bancada federal fluminense. O encontro foi promovido pelo Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Educação do Estado do Rio de

Janeiro (Friperj), na sede do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), no Centro do Rio.

As perdas são calculadas em cerca de R\$ 3 bilhões no período, em valores corrigidos pela inflação, segundo estudo apresentado pela Friperj. Mas o principal foco de preocupação é o decreto 12.448, de 30 de abril passado, que limita a 1/18 mensais o empenho de despesas até novembro.

A vice-líder do governo na Câmara, deputada Jandira Feghali (PC do B), mandou uma mensagem ao ministro Camilo Santana, do MEC, durante o

encontro. E relatou que Santana se comprometera a trazer novidades sobre o orçamento na semana que vem. Em audiência na Câmara, na quarta-feira (21), o ministro confirmou que o presidente Lula terá um encontro com os reitores, na semana que vem, para tratar do tema.

O Jornal da AdUFRJ ouviu seis dirigentes presentes à reunião de segunda-feira e apresentou a seguir os relatos de quem vem convivendo com agonias cotidianas por conta dos recursos escassos para manter as atividades de ensino, pesquisa e extensão em suas unidades.



VICE-REITORA
CÁSSIA TURCI

UFRJ



REITOR
JOSÉ DA COSTA FILHO

UNIRIO



VICE-REITOR
FÁBIO PASSOS

UFF

"O decreto (12.448/2025) nos deixa com recursos insuficientes para honrar as despesas obrigatórias. Estamos fazendo todo o esforço para não cortar nada relativo à assistência estudantil. O nosso orçamento atual é menos da metade do que tínhamos há mais de 12 anos. E com esse corte nós só conseguimos bancar 43% das despesas de custeio. É muito grave a situação. Até novembro nós receberemos cerca de 60% do orçamento anual, e em dezembro os outros 40%. Uma emenda que saiu há alguns meses fixa em 30% o limite orçamentário de nossos recursos próprios, e nosso limite caiu de R\$ 72 milhões para R\$ 54 milhões anuais. Temos 175 cursos de graduação, 136 programas de pós-graduação, 70 mil estudantes. São nove hospitais e muitos prédios tombados. Para recuperar 75% de nossa infraestrutura física precisamos de cerca de R\$ 1 bilhão. Precisamos de mais investimento. É muito importante que todas as universidades se unam em prol da manutenção da universidade pública, laica e de qualidade".

"Os empresários que têm contratos com a Unirio já demonstram inquietação em relação à nossa capacidade de pagamento. Viagens de gestão, assistência e permanência estudantil, subsídio à alimentação dos alunos, todas essas atividades estão ameaçadas. Temos ainda uma situação particular que vai gerar uma pressão tremenda sobre a universidade, que é a fusão do Hospital Federal dos Servidores do Estado com o Hospital Universitário Gaffrée e Guinle. Após a fusão, o Gaffrée e Guinle vai ser uma unidade acadêmica, o custeio deixará de ser bancado pela Ebserh e pelo Ministério da Saúde e passará a ser de responsabilidade da Unirio. Nosso orçamento já não dá conta de enfrentar os problemas, e a matriz orçamentária não leva em conta o financiamento da infraestrutura. Temos 15 mil alunos em 44 cursos de graduação. Espero que o governo compreenda com urgência o problema das universidades e dimensione o custo social e político que isso pode gerar para um projeto progressista e próximo às necessidades das classes populares".

"Esse decreto (12.448/2025) nos limita a um orçamento insuficiente para manter nossas atividades. Fico particularmente preocupado com o PNAES, o programa de assistência estudantil. Isso afeta gravemente o pagamento de bolsas e o funcionamento dos restaurantes universitários, que são pagamentos continuados. Além disso, há a questão dos terceirizados, que terão seus salários atrasados caso não consigamos honrar os contratos com as empresas contratadas. É uma situação muito grave que tem que ser sanada de maneira emergencial. Já tivemos que fazer restrições severas de despesas. Temos 60 mil alunos só nos cursos de graduação, somos a maior universidade federal do país nesse critério, e estamos presentes em nove municípios do estado do Rio de Janeiro. Essa restrição orçamentária é muito grave para nós e para o Rio de Janeiro".



REITOR
ROBERTO RODRIGUES
(Presidente do Friperj)

UFRRJ



REITOR
RAFAEL ALMADA

IFRJ



REITORA
ANA PAULA GIRAUX

CPII

"A situação orçamentária das universidades federais tem sofrido impactos ao longo da última década. Isso tem gerado um quadro insustentável de financiamento do custeio básico das IFEs. Duas ações este ano vieram a agravar esse quadro. A primeira foi o corte do orçamento aprovado na LOA em relação à PLOA, de 4,6%. A segunda foi o decreto 12.448. Nossas contas são pari passu com o que recebemos de orçamento. Não podemos cortar uma bolsa pela metade. Não podemos pagar meia conta de água. Se há um bloqueio, isso limita nosso poder de pagamento frente aos nossos fornecedores e, principalmente, frente aos nossos estudantes. Decidimos só atender nesse momento a ações emergenciais na universidade. Os fornecedores estão batendo à porta, ameaçando romper contratos. A Rural tem aproximadamente 20 mil alunos e em torno de 1.500 docentes. Temos que rever de imediato esse decreto. O segundo passo é recompor o que foi cortado na aprovação da LOA. E, por fim, termos uma política de recomposição do custeio das universidades".

"Esse decreto (12.448/2025) dificulta o pagamento mensal das nossas ações. Cada mês tem uma demanda de consumo, principalmente relacionada a contas de água, luz e restaurante. Fora que ainda temos dívidas de 2024. Este ano já tem sido diferente por conta da liberação tardia do orçamento, o que gerou uma desorganização em nosso planejamento. Tivemos que reduzir contratos que já estavam em curso, e não conseguimos ampliar mais nada. Temos demandas de um campus para o aumento de vigilância, e não conseguimos contemplar isso. São 23 mil estudantes e dois mil servidores, entre técnicos e professores. O que a gente precisa é que esse olhar de investimento nas universidades e nos institutos seja um olhar diferenciado. A bancada fluminense tem nos ajudado com as suas emendas, mas não podemos viver só de emendas. Esse olhar diferenciado do governo de cada vez mais expandir as universidades e os institutos federais, fazê-los chegar à população que mais precisa, tem que chegar à equipe econômica, se refletir no orçamento".

"No Colégio Pedro II, nós já vínhamos fazendo uma série de cortes ao longo dos últimos anos, porque a restrição orçamentária não é de hoje, ela vem se acumulando. Numa situação como essa, em que esse decreto vem cortar ainda mais os nossos recursos, isso nos preocupa muito. Uma série de contratos, como limpeza, segurança, transporte, e as contas de luz e de água, que são custos obrigatórios para o funcionamento da instituição, tudo isso fica prejudicado. Se a situação não se reverter, nós temos a julho e agosto com alguma perspectiva de pagarmos as contas. Depois disso, não vamos conseguir. Não há mais o que cortar, já reduzimos segurança, cortamos postos de trabalho na limpeza. Nós somos uma escola, funcionamos todos os dias, temos bolsas de permanência e de monitoria a manter, pagamentos a fazer aos profissionais das mais diversas áreas. Nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão estão seriamente ameaçadas. Temos cerca de 14 mil alunos de forma presencial, e é por eles que estamos lutando".

LULA VAI REUNIR REITORES PARA TRATAR DOS CORTES

Encontro será na semana que vem no Planalto, de acordo com anúncio feito pelo ministro Camilo Santana, em sessão da Comissão de Educação da Câmara: “Se Deus quiser, teremos novidades”

Em audiência na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, na manhã de quarta-feira (21), o ministro Camilo Santana afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai anunciar, na semana que vem, medidas para a recomposição orçamentária das universidades e dos institutos federais. “Estive com o presidente Lula na segunda-feira e vamos convocar todos os reitores para um encontro no Palácio do Planalto na próxima semana. Nossa meta é fazer a recomposição em relação aos cortes no orçamento, e também anunciar medidas que possam tirar as universidades desses 1/18 do decreto”, disse o titular do MEC. Ele se referiu ao decreto 12.448, de 30 de abril, que limitou, até novembro, o em-



“Nosso compromisso é com a recomposição do orçamento das universidades e institutos federais”

CAMILO SANTANA
Ministro da Educação

nho mensal das instituições a 1/18 avos do orçamento previsto na LOA para este ano.

A audiência teve como foco o ensino a distância (EAD), mas Camilo foi instado a falar sobre os cortes orçamentários nas IFEs pelas deputadas Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Fernanda Melchionna (PSOL-RS), ambas



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

da base do governo. As parlamentares destacaram que as restrições impostas pelo decreto 12.448 (que prevê o empenho de apenas 1/18 do valor previsto na LOA até novembro) trazem sérias dificuldades para as IFEs. “Se Deus quiser teremos novidades ainda melhores anunciadas pelo presidente nesse encontro

com reitores e reitoras. Podem ficar tranquilos, nosso compromisso é com a recomposição do orçamento das universidades e dos institutos federais”, respondeu Camilo Santana.

Em sua fala, a deputada Fernanda Melchionna convocou para uma mobilização nacional contra os cortes nas federais na

próxima quinta-feira (29). Ela e a colega Sâmia Bomfim protocolaram esta semana um projeto de decreto legislativo (PDL) para sustar os efeitos do decreto 12.448. “O que ajuda a extrema direita não é a crítica independente e contundente dos movimentos sociais, o que ajuda a extrema direita é não garantir recursos nas áreas essenciais esperadas pelo povo brasileiro. As universidades podem nos ajudar a superar momentos de crise, produzir pesquisa e extensão”, sustentou ela.

Apesar de representarem o PSOL, Fernanda e Sâmia pertencem a uma ala do partido — o Movimento Esquerda Socialista (MES) — que defende a independência em relação ao governo federal, inclusive sem a ocupação de cargos federais. (Alexandre Medeiros)

ANDIFES ESTUDA MODELO DE FINANCIAMENTO ESTÁVEL

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

Em valores corrigidos pela inflação, o orçamento atual das universidades federais é R\$ 2,84 bilhões menor que o de 2010 (R\$ 9,2 bi contra R\$ R\$ 6,3 bi) e R\$ 2,1 bilhões inferior ao de 2019, o último ano de plenas atividades antes da pandemia do coronavírus. Os números ajudam a explicar as dificuldades enfrentadas pelos gestores com o decreto do governo que limitou os gastos mensais das instituições a 1/18 das minguidas receitas, até novembro.

A situação foi discutida em um seminário sobre financiamento das instituições organizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) no dia 21, em Brasília (DF). É consenso entre os reitores a necessidade de se instituir na legislação brasileira um modelo de financiamento estável para as universidades com o objetivo de evitar mais crises como a atual.

“Todos que já estão na Andifes há mais tempo sabem que nós passamos seis, sete meses do ano tratando de recomposição orçamentária, suplementação e do projeto de lei orçamentária do ano seguinte. Exatamente por que a gente não tem um modelo de financiamento”, afirmou o professor Demétrius David

da Silva, reitor da Universidade Federal de Viçosa e presidente da comissão de financiamento da entidade.

Hoje, o montante é definido pelo governo e a distribuição dos recursos deveria seguir — houve anos que não seguiu — uma série de diretrizes, a chamada Matriz Andifes. A partilha atual atribui grande peso ao número de alunos da instituição na graduação, pós-graduação e residências. Mas desconsidera particularidades como manutenção de imóveis tombados e preservação de museus, como é o caso da UFRJ.

Mas qualquer critério é ofuscado pela crise orçamentária. “O problema que nós temos é que o bolo orçamentário é muito pequeno. Lógico que toda metodologia pode sempre ser aprimorada. Hoje, por melhor que seja a matriz, nós teremos dificuldades para atender às demandas das 69 universidades federais”, completou Demétrius.

“A comissão de financiamento, a comissão de autonomia e o Forplad (Fórum de Pró-reitores de Planejamento e Administração) vão pensar a estratégia a adotar. Vamos trabalhar para fazer uma minuta inicial para o modelo de financiamento”, anunciou o reitor da Federal de Viçosa.

LEI ORGÂNICA

Uma proposta de modelo de financiamento já existe. Elaborada há 12 anos, ficou conhecida



ANDIFES

como “Lei Orgânica das Universidades”: seria aplicado um percentual de 35% no orçamento obrigatório de pessoal geral e o resultado seria utilizado nas despesas discricionárias: 25% para despesas correntes, 5% para projetos de pesquisa, extensão e inovação e 5% para ações de expansão e melhoria da qualidade.

“Na minha visão, hoje seria preciso reequilibrar estes pesos para incluir política ambiental e política digital nos ambientes universitários”, disse o professor emérito da Universidade Federal de Goiás e ex-pró-reitor de Administração daquela instituição, Nelson Cardoso do Amaral, que representou a ideia aos atuais gestores.

Se o modelo fosse aplicado desde 2001, as universidades teriam recebido R\$ 103 bilhões a mais, no período. A proposta ofereceria estabilidade de fi-

nanciamento e permitiria aos gestores realizar o planejamento das ações. “Isso aqui acaba com Matriz Andifes. Tudo vira política interna da universidade”, afirmou Nelson. “Claro que já passou um tempo. Tem que fazer um reexame da ideia e ver o que pode ser proposto hoje em dia”, disse.

Presidente da Andifes e reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o professor José Daniel Melo informou que tem estado em constante diálogo com representantes do MEC, nas duas últimas “tensas” semanas, e disse que há uma possibilidade “bastante concreta” de encontro dos reitores com o presidente Lula nos próximos dias para tratar da crise orçamentária — confirmando a fala do ministro da Educação, Camilo Santana, mais cedo, no Congresso (leia mais na matéria acima).

COLABORAÇÃO COM MEC

Mas, enquanto não há um modelo formal de financiamento, outra frente de atuação da Andifes é a reformulação da própria matriz de distribuição de recursos. Novo diretor de Desenvolvimento da Rede das Instituições Federais de Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior, o professor Juscelino Silva representou o MEC no evento e informou que ministério está à disposição dos reitores. “Nosso compromisso é que a discussão seja toda feita

com a Andifes. Todos os dados que tivermos serão compartilhados de forma contínua com a Andifes”, disse.

“Teremos avanços. Reconheço o esforço que o MEC está fazendo e nós da diretoria da Andifes consideramos fundamental este apoio do ministério”, disse o presidente da Andifes.



CONSELHO UNIVERSITÁRIO APROVA ORÇAMENTO

> Proposta prevê a aplicação dos recursos aprovados pelo Congresso Nacional, de R\$ 406 milhões, mas liberados apenas na fração de 1/18 pelo governo. Orçamento participativo também foi votado

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Depois de muitas idas e vindas, o Conselho Universitário aprovou o orçamento da UFRJ. O montante de R\$ 406 milhões será distribuído de acordo com as demandas da universidade. Não há margem para investimentos e os recursos ainda seguirão a reduzida liberação de 1/18 a cada mês, conforme anúncio da semana passada do governo federal. A peça orçamentária indica um déficit de mais de cem milhões de reais.

O orçamento insuficiente, é claro, dominou a primeira parte do Consuni. Estudantes de diferentes cursos realizaram uma manifestação diante dos conselheiros exigindo mais verbas para infraestrutura e assistência estudantil. “Estamos diante de um iminente apagão de toda a rede federal de ensino e especialmente os alunos mais vulneráveis serão os mais afetados”, destacou a representante estudantil Arthura Annastásiya. “Precisamos não só de recomposição, mas de aumento efetivo do nosso orçamento. Não podemos deixar o governo que a gente elegeu ceder à pressão do mercado e do Congresso”.

Henderson Laurentino, também da bancada estudantil, lamentou ser preciso realizar mais uma atividade que expõe a grave crise orçamentária da UFRJ. “Hoje, novamente, não é um dia feliz para nós da maior do Brasil. Novamente estamos aqui para falar dos problemas



“Nos cinco primeiros meses do ano, a UFRJ vinha lidando com esse orçamento absolutamente insuficiente. Precisamos de R\$ 484 milhões para custeio e receberemos R\$ 311 milhões”, reclamou.

HELIOS MALEBRANCHE
Pró-reitor de Finanças

orçamentários da nossa universidade”, disse. “Já vimos estudantes da Geologia fazendo greve, unidade sem receber calouros por falta de condições, terceirizados sem salários. Qual vai ser o nosso novo normal?”

Não podemos permitir esse quadro”, firmou.

O decano do Centro de Ciências da Saúde, professor Luiz Eurico Nasciutti, leu documento do Conselho de seu centro em repúdio ao contingenciamento dos já poucos recursos da UFRJ. Ele solicitou que fosse aprovada uma moção sobre o tema, mas não houve tempo suficiente para debater o teor do texto.

Pró-reitor de Finanças, o professor Helios Malebranche destacou que a universidade possui hoje um orçamento que equivale à metade daquele destinado em 2012. “Nos cinco primeiros meses do ano, a UFRJ vinha lidando com esse orçamento absolutamente insuficiente. Precisamos de R\$ 484 milhões para custeio e receberemos R\$ 311 milhões”, reclamou.

O dirigente explicou que tudo o que estava pronto para ser pago dos últimos 51 dias ficou descoberto a partir do anúncio do governo de liberação de 1/18 até novembro. “Ficamos sem nosso limite de empenho. Tudo o que estava programado ficou sem previsão e esse problema se estenderá até o fim do ano”.

Presidente da sessão do Consuni, o professor João Torres lembrou que no encontro de reitores do início da semana (leia mais nas páginas 3 e 4) houve uma promessa do ministro Camilo Santana de novidades acerca do orçamento das instituições federais de ensino. “Na próxima quarta-feira (28) haverá uma reunião de reitores em Brasília sobre este tema. Espero que a gente tenha uma boa notícia”.



DIVISÃO INTERNA

Na mesma reunião do Consuni, os conselheiros aprovaram o Orçamento Participativo da UFRJ. O montante de R\$ 13 milhões será repartido entre unidades e decanias (veja tabela no nosso site adufrrj.org.br).

O principal ponto de discordância foi em relação ao que fazer com o montante de R\$ 700,4 mil que deixaram de ser aplicados nos três hospitais que aderiram à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsers).

A proposta original, da PR-3, considera o montante um excedente que deve ser utilizado como reserva técnica da reitoria para socorrer eventualmente as unidades.

A proposta foi referendada pelo parecer da conselheira Marta Batista, relatora da proposta pela Comissão de Desenvolvimento. O documento faz a ressalva que o valor da reserva técnica seja aplicado a partir de critérios elaborados por um

grupo de trabalho criado no âmbito da administração central. O parecer da CD, no entanto, foi recusado.

Já o professor Habib Montoya, representante do Centro Multidisciplinar de Macaé, apresentou outro parecer em que rediscute os valores mínimos para as unidades. Por sua proposta, o montante de R\$ 700 mil seria repartido para ampliar para R\$ 42,69 mil o piso recebido pelas unidades que têm menos recursos disponíveis. “As unidades de Macaé já vivem com o mínimo. Tive que cancelar minha aula passada porque o equipamento de que necessito está quebrado. Vou ter que lançar mão de um simulador para que os alunos compreendam o que poderiam ver no equipamento. Isso é indigno”, criticou.

O parecer vencedor, no entanto, foi o do professor Vantuil Pereira, decano do CFCH, que mantém os valores apresentados pela Pró-reitoria de Finanças, mas sugere que os R\$ 700,4 mil sejam destinados à manutenção da infraestrutura da universidade, sem mais repartições entre unidades. “Compreendo que este montante deva ser destinado ao orçamento geral da universidade, para a infraestrutura e contratos de manutenção, dentro de critérios estipulados em conjunto entre a PR-3 e a PR-6”, sugeriu. “Não quero olhar para os casos particulares, mas para o orçamento como um todo. Se incorporarmos os R\$ 700 mil para as unidades, vamos estabelecer cizânia entre nós, quando o que queremos é unificar a universidade”.

Artigo



CARLOS FREDERICO ROCHA

DIRETOR DO
INSTITUTO DE ECONOMIA
EX-REITOR
DA UFRJ

A CRISE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E OS MITOS SOBRE SEU FINANCIAMENTO

O recente bloqueio de um terço dos recursos das universidades federais reacendeu um debate urgente, porém frequentemente malconduzido, sobre o funcionamento dessas instituições. Não é à toa que Conselhos Universitários, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se manifestaram, alertando para o risco real de paralisação das atividades e para o contínuo processo de sucateamento das universidades — pilares do desenvolvimento científico, tecnológico e social do país.

No entanto, o debate público parece ignorar questões fundamentais. É o que ficou evidente no editorial da Folha de S. Paulo, intitulado “Não Há Dinheiro que Baste para as Universidades Públicas”, que, mais uma vez, recorre a argumentos frágeis, como a alegação de que a maior parte do orçamento universitário está comprometida com despesas de pessoal, sugerindo, portanto, que há má gestão, falta de flexibilidade orçamentária e necessidade de fontes alternativas, como a cobrança de mensalidades.

O Mito dos Gastos com Pessoal

Tomemos como exemplo a UFRJ. Seu orçamento anual gira em torno de R\$ 4 bilhões, dos quais apenas R\$ 400 milhões são discricionários — ou seja, destinados a despesas operacionais como água, luz, segurança, insumos de laboratório e manutenção. A esmagadora

O Brasil precisa decidir se deseja, de fato, manter e fortalecer suas universidades públicas como instrumentos de desenvolvimento, inclusão e soberania científica — ou se continuará refém de discursos rasos que apenas agravam a crise.

dora maioria, cerca de R\$ 3,5 bilhões, destina-se à folha de pagamento. Mas convém lembrar: desse total, quase R\$ 1,5 bilhão refere-se a aposentadorias e pensões, um passivo previdenciário que não tem relação direta com as atividades atuais da universidade.

Mais grave do que a má interpretação dos números é o desconhecimento da dinâmica do setor. Ao contrário do que sugere o editorial, a política de pessoal das universidades sofreu alterações constantes, realizadas pelo poder central, sem consulta e sem discussão com os gestores universitários. Nas últimas décadas, diversas funções antes exercidas por servidores públicos — segurança, manutenção, carpintaria, eletricidade, entre outras — foram terceirizadas. Esse enxugamento, no entanto, não veio acompanhado do necessário reforço nos recursos discricionários, que, ao contrário, vêm sofrendo cortes sucessivos.

Mensalidades: Solução ou Equívoco?

Outro ponto recorrente no debate — e igualmente problemático — é a defesa da cobrança de mensalidades como solução para a crise financeira. Trata-se, mais uma vez, de um argumento que ignora a realidade das universidades federais.

Em primeiro lugar, o perfil socioeconômico dos estudantes não corresponde à elite econômica. Uma cobrança ampla penalizaria justamente a classe média em processo de empobrecimento, ou então teria impacto financeiro irrelevante ao atingir uma minoria.

Em segundo lugar, é um equívoco grave tratar o ensino como o único ou principal custo das universidades. Grande

parte dos investimentos e dos custos operacionais está vinculada à pesquisa — atividade que, paradoxalmente, é celebrada pela mesma imprensa que critica os gastos universitários.

E há uma barreira fundamental: mesmo quando as universidades geram recursos próprios — por meio de cessão de imóveis, projetos, convênios ou prestação de serviços —, a legislação impõe severos tetos de gasto. Na UFRJ, por exemplo, a receita própria prevista para 2025 não foi totalmente autorizada pela União para ser utilizada no orçamento. Como consequência, não há estímulo à geração de receitas próprias para o uso na manutenção predial ou nos custos básicos de funcionamento.

Crítica Sim, Desinformação Não

As universidades públicas precisam, sim, ser objeto de crítica, de aperfeiçoamento e de autocritica. O debate sobre sua sustentabilidade financeira é legítimo, urgente e necessário. No entanto, esse debate deve se basear em informações corretas e em compreensão mínima da complexidade que envolve essas instituições.

Apontar soluções simplistas, ignorando as amarras legais e orçamentárias impostas pelo próprio Estado, não apenas é injusto com as universidades, como também não contribui em nada para resolver os desafios que elas enfrentam. O Brasil precisa decidir se deseja, de fato, manter e fortalecer suas universidades públicas como instrumentos de desenvolvimento, inclusão e soberania científica — ou se continuará refém de discursos rasos que apenas agravam a crise.

Artigo



JOÃO CARLOS SALLES

PROFESSOR DE
FILOSOFIA
EX-REITOR
DA UFBA

AS ELITES QUEREM O FIM DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

1. É claro o projeto das elites conservadoras para a universidade. Com rara felicidade, a Folha de S. Paulo o sintetizou no Editorial “Não haverá dinheiro que baste para universidades públicas”, de 23 de maio de 2025, reagindo ao manifesto conjunto da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências (SBPC) — que, com plena razão, mostraram que o contingenciamento ora definido pelo governo federal favorece o desmonte da universidade pública em nosso país.

Os redatores da Folha são competentes. Eles são capazes de enunciar, em poucas linhas, toda a pauta reacionária, que não associa a universidade a um projeto de nação verdadeiramente democrática. Sem dúvida, com seu modo característico de simulada apresentação de argumentos em texto tão somente-ivado de preconceitos, a Folha de S. Paulo mostra que tem lado. É verdade que ainda o faz sem surpreendentes bravatas de um Trump, mas ela não está mais muito distante da retórica dos governos anteriores. Assim, ao condenar o “tom catastrofista” do manifesto da ABC e da SBPC, assume ela própria um requentado tom catastrofista, bastante digno de Bolsonaro.

No Editorial, as universidades aparecem como um projeto fracassado e caro, um inútil poço sem fundo, no qual, ademais, servidores docentes e técnicos atrevem-se a fazer greves, tendo o condenável benefício da estabilidade. Para começo de conversa, a Folha considera a universidade uma repartição pública qualquer, quando teria dignidade própria nem mereceria ser protegida das intempéries da economia. As universidades, afirma o Editorial, são meros “exemplos de distorções e vícios da gestão pública”. Já vai longe aqui o mo-

É preciso, pois, deslocar a educação pública para o lugar de prioridade nacional, de sorte que ela contribua, inclusive, por seus essenciais serviços à nossa nação, para afastar de forma duradoura os insistentes fantasmas do obscurantismo.

mento em que até a Folha reconhecia o valor das universidades, por exemplo, no combate à pandemia.

As bandeiras reacionárias parecem brotar como se fossem óbvias, expressando preconceitos ignorantes em letra de forma: fim da estabilidade dos professores, da gratuidade do ensino e, sobretudo, da garantia do financiamento público da educação superior — me-

didias que sabemos inconsistentes, mas podem ter grande apelo retórico. Em suma, para a Folha e caterva, a universidade parece mais abjeta que o próprio obscurantismo. Com efeito, a próxima campanha eleitoral começa, e o lugar de produção da pesquisa e do conhecimento no Brasil deve tornar-se um alvo a ser desmontado: “Trata-se de um modelo custoso, iníquo e de baixo incentivo à eficiência, defendido à base de discurso ideológico e prática corporativista”.

2. Temos indícios positivos de que a reação do Presidente Lula vai em outra direção. A nota da ABC e da SBPC, em vez de lhe provocar engulhos como a Folha, parece suscitar o aceno de que Lula receberá os reitores e que, então, poderá até anunciar a suspensão do contingenciamento para as universidades federais.

Não poderíamos esperar outra atitude. Nesse caso, caso se confirme, fica a lição para aqueles que pensam ajudar o atual governo evitando qualquer crítica. A mobilização decidida e a crítica necessária ajudam nossos governantes a não serem tragados pelas pautas reacionárias. Com isso, nossos louvores à ABC e à SBPC, bem como a quantos vocalizam a luta, tanto urgente quanto de longa duração, em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Com justa alegria, reitores já comemoram nos bastidores. Não obstante o possível alívio, parece que essa boa e justa acolhida está longe de significar uma autêntica guinada nos rumos das prioridades nacionais. Que o governo Lula não sacrifique as universidades é algo que está à altura de sua história, de seu melhor legado, pois sua política fez expandir a rede de universidades por todo país e permitiu o acesso ao ensino superior de muitos outrora sistemati-

camente excluídos. Faz, então, muito bem o líder que acolhe, mas não para refrear uma luta ainda mais ampla e franca pelos valores mais elevados que, aliás, no momento, somente ele pode representar.

Que os atores da cena universitária leiam os sinais. As águas se dividem, os campos se desenharam. Nesse cenário de grande confronto entre projetos opostos de nação, não há de bastar o mero alívio das dores agudas das nossas instituições. Reitores não podem contentar-se com sobreviverem a seus próprios mandatos, mesmo com eventuais conquistas e algumas inaugurações. Afinal de contas, está em jogo o destino da universidade. Assim, não basta remediar, é preciso curar um mal e combater uma narrativa, cabendo à ANDIFES uma resposta firme ao Editorial da Folha.

É preciso, pois, deslocar a educação pública para o lugar de prioridade nacional, de sorte que ela contribua, inclusive, por seus essenciais serviços à nossa nação, para afastar de forma duradoura os insistentes fantasmas do obscurantismo.

Lula deve agir nesse momento de urgência, e os reitores devem, sim, celebrar sua atitude. Mas é preciso mais. A mobilização não pode parar nos gabinetes, uma vez que o governo Lula e as universidades não podem fechar os olhos para a dimensão do ataque, nem recusar esta oportunidade para afirmar, perante a sociedade, a bandeira da educação. Se as soluções não forem de grande monta, se não implicarem uma autêntica redefinição das prioridades nacionais, estaremos oferecendo para uma luta ideológica de largo espectro apenas uma saída passageira e insuficiente, porquanto marcada por sua imediatez e tibieza.

Universidade formaliza progressões múltiplas

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Tramita no Conselho Universitário a proposta de resolução que formaliza uma conquista judicial da AdUFRJ para todos os professores. O documento retoma o dispositivo das progressões múltiplas para aqueles que, por diversas razões, atrasaram o desenvolvimento na carreira. Além disso, garante que os efeitos de cada processo sejam retroativos ao momento que o docente reuniu todos os requisitos para subir de nível — e não mais à data de aprovação na comissão de avaliação, como figura até hoje na resolução nº 134, de 2022.

“Essa proposta representa um avanço para os docentes, fruto de muita luta e de reuniões incansáveis da AdUFRJ com a reitoria, pró-reitoria de Pessoal e representantes do Consuni. Para esta proposta chegar ao Consuni, houve muito empenho do sindicato”, afirma a presidenta da entidade, professora Mayra Goulart.

A AdUFRJ obteve sentença favorável aos docentes em novembro de 2023, junto à 32ª Vara Federal. E, desde março do ano passado, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) divulgou comunicado adotando os termos da decisão judicial em todos os processos de progressão ou promoção. Falta só a mudança da resolução do Consuni elaborada pela pró-reitoria de Pessoal, que ainda precisou passar pela análise da Procuradoria da Universidade e pela CPPD.

“Diante da ordem judicial, era dever da Universidade o cumprimento. Entretanto, a Resolução nº 08/2014 ainda conta com uma redação que veda as progressões múltiplas”, explica



“Essa proposta representa um avanço para os docentes, fruto de muita luta e de reuniões incansáveis da AdUFRJ com a reitoria

MAYRA GOULART
Presidenta da AdUFRJ

o advogado Renan Teixeira, da assessoria jurídica da entidade. “A pauta proposta ao Consuni visa formalizar e internalizar a decisão da Justiça, regulando o tema, concedendo a todos os docentes as progressões a partir do preenchimento dos requisitos de mestrado ou da aprovação da reunião da banca”.

HISTÓRICO

- 21 de novembro de 2023

Decisão da 32ª Vara Federal determina à UFRJ a anulação dos dispositivos que vedam a apresentação de requerimento de progressões ou promoções múltiplas ou sucessivas e da parte em que limitam os efeitos financeiros dessas progressões/promoções a data posterior ao cumprimento do respectivo interstício.

- 22 de novembro de 2023

O advogado-geral Jorge Mesias suspende o parecer da Advocacia-Geral da União de 2018 que proibia as múltiplas e autoriza a volta do dispositivo.

- 13 de março de 2024

Ofício da CPPD aos decanos e diretores de unidades divulga que universidade seguirá os termos da decisão judicial

Consuni vai mudar regras de desenvolvimento na carreira para cumprir decisão judicial favorável à AdUFRJ

protocolo do pedido do professor. “Por vezes, ocupado com outras atividades, o professor acaba deixando passar o pedido por alguns meses. Também há casos de defesa de tese no exterior, quando só é possível abrir o processo a partir do recebimento do diploma, o que pode demorar”, explica Renan.

A AdUFRJ também propõe uma forma de unificar o pedido das progressões múltiplas ou de correção de progressões já concedidas com as regras anteriores. “Hoje, a CPPD tem orientado a abrir um processo para cada progressão em atraso. Mas como? Com um novo processo ou petição no mesmo processo que a progressão foi concedida com a data errada? Nós estamos orientando a fazer no mesmo processo. Só que isso é informal. Nós criamos uma redação para que haja uma regra geral que uniformize o procedimento para todas as unidades”, diz Renan.

DESBUROCRATIZAÇÃO

Outro ponto não acatado na proposta de resolução diz respeito à exigência de documentos comprobatórios para a avaliação da produção do professor. “A AdUFRJ defende que documentos de conhecimento da universidade não precisam ser apresentados no processo de progressão”, argumenta Mayra. “É que cada unidade determine quais documentos comprobatórios realmente importantes são necessários”.

Hoje, dependendo da unidade, até a portaria de admissão na universidade é requisitada para professores que já estão em níveis próximos ao topo da carreira. Ou seja, há Associados 4 precisando provar que estão na universidade há 20 anos.

A proposta de resolução entrou na pauta do Consuni nas sessões do dia 8 e desta quinta-feira (22), mas ainda não foi apreciada.

PR-4 simplifica pedidos de afastamento do trabalho

> Tipos foram reduzidos a três: no Brasil, para o exterior e para o exterior Capes/Print. Objetivo é simplificar procedimentos e acelerar processos. Professores são os que mais usam o mecanismo

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A Pró-reitoria de Pessoal emitiu comunicado na última semana com atualizações sobre os processos de afastamento laboral. O mecanismo deve ser utilizado toda vez que um servidor pretende se ausentar do trabalho por variados motivos como, por exemplo: participação em eventos, atividades de pesquisa, representações institucionais, qualificação. A principal novidade é que os 13 tipos processuais foram resumidos a apenas três: afastamento no país; afastamento para o exterior; e afastamento para o exterior Capes/Print — quando a viagem acontece no bojo do Programa de Internacionalização da Capes.

Outra novidade bem-vinda é a ampliação do prazo do afastamento no país de curta duração, que passou de 15 para 30 dias. Para esses casos, a tramitação é mais simples. “É o RH da unidade que faz a publicação do afastamento, apenas com a autorização da direção, sem que o processo seja encaminhado para a PR-4”, explica Katia Cardoso, chefe da Seção de Amparo Legal da Pró-reitoria de Pessoal.

Ela conta que as alterações pretendem facilitar os processos e resguardar os servidores. “Enxugar os processos foi uma necessidade para reduzir erros e agilizar as publicações desses afastamentos”, analisa. “Por mês chegam para nós, em média, 400 pedidos de afastamento. Os docentes são o principal público solicitante pela natureza de sua função”, conta.

As chamadas ‘bases de conhecimento’, que são as razões do

afastamento, também foram reduzidas e agrupadas. Deixaram de ser 12 bases para apenas duas. Uma para afastamento no país e outra para afastamento para o exterior.

FORMULÁRIO SEI

O pedido de afastamento deve ser formalizado em formulário próprio via Sistema Eletrônico de Informação (SEI). A PR-4 solicita que os processos sejam iniciados pelo menos 30 dias antes da viagem, para que a publicação ocorra antes do prazo requerido pelo servidor. “Nossa preocupação com os procedimentos e prazos de publicação é resguardar o professor ante qualquer questionamento de órgãos de controle”, afirma Rogério Cruz, diretor da Divisão de Direitos e Deveres da PR-4.

O procedimento é importante para evitar dores de cabeça futuras. “Sem que a publicação aconteça, esse professor não estará efetivamente liberado de suas atividades laborais, mesmo que tenha a dispensa de sua chefia imediata”, adverte. “Os documentos servem para comprovar a importância daquela atividade que o docente irá desempenhar fora da universidade e impedem eventuais solicitações de reposição de ônus”.

TIPOS DE ÔNUS

Cabe ao docente indicar no processo se o afastamento terá ônus e quem pagará esse custo. A indicação de “ônus limitado” mantém o salário e principalmente o vínculo com a previdência própria do Regime Jurídico Único. Ou seja: o afastamento segue contando tempo para a aposentadoria. Para afastamentos “sem ônus”, o professor se ausenta da universidade sem recebimento de salário. “Nesses



casos, a gente orienta que ele continue recolhendo a contribuição previdenciária”, indica Rogério Cruz. “Sem esse recolhimento, o professor fica sem direitos em caso de doenças, licença-maternidade ou morte”, pontua.

“Também é importante apontar se trata de ‘ônus diversos’,

quando o pesquisador será financiado por algum órgão de fomento à pesquisa”, acrescenta Katia Cardoso.

Os afastamentos têm prazo máximo: para qualificação de mestrado são dois anos; de doutorado, quatro anos. Já para pós-doc, um ano. Afastamentos para o exterior têm

limite de quatro anos.

Diretor da AdUFRJ, o professor Rodrigo Nunes da Fonseca celebra as melhorias nos procedimentos. “Nós, docentes, somos bombardeados com uma série de burocracias internas e externas. Então, iniciativas que buscam facilitar o dia a dia são sempre muito bem-vindas”.

NOTAS

CONSUNI APROVA PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Conselho Universitário da última quinta-feira, dia 22, aprovou o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRJ. O documento será válido até 2029 e é uma peça necessária ao processo de credenciamento da universidade junto ao Ministério da Educação. Mesmo com algumas críticas e ressalvas de conselheiros, a aprovação ocorreu sem problemas, já que o prazo para a apresentação do PDI ao MEC termina já na

próxima segunda-feira (26). “Este é muito mais que um documento burocrático, ele retrata o planejamento estratégico da universidade. Nosso último plano venceu em 2024”, explicou a professora Fátima Bruno, que coordenou a comissão que se debruçou na atualização do PDI. Decano do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), o professor Cabral Lima apresentou parecer favorável, que foi seguido pelos

conselheiros universitários. Houve alguns pedidos para que haja atualização constante do documento. “Já está na nossa previsão uma nova avaliação pelo Consuni, até o fim do ano, e uma consulta à comunidade acadêmica para formulação de propostas que se agreguem ao PDI”, explicou Fernando Pimentel, que também participou da equipe de elaboração do plano. Além da aprovação do documento, o Consuni indicou que o PDI deve retornar ao colegiado em três meses para novas discussões e rodadas de sugestões que serão acrescentadas à atualização do texto.



RELEVÂNCIA PDI foi apresentado pela professora Fátima Bruno

NOTAS

CONSELHEIROS EXIGEM O FIM DO GENOCÍDIO NA FAIXA DE GAZA

O Conselho Universitário aprovou por aclamação uma moção em que defende o fim da crescente violência do governo de Benjamin Netanyahu contra o povo palestino. O documento pede, ainda, que Israel permita a entrada de ajuda humanitária em Gaza e solicite a libertação dos reféns judeus sequestrados pelo grupo Hamas. O texto condena o antissemitismo e a islamofobia. A moção foi proposta pelo professor Vantuil Pereira,

decano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). “Segundo dados da Organização das Nações Unidas, se não houver uma intensa ajuda nas próximas horas, cerca de 14 mil bebês poderão morrer”, diz trecho da moção regida pelo próprio professor Vantuil. “Defendemos o fim das ações militares, que liberem a ajuda humanitária, que os reféns sejam libertados e que seja respeitada a integridade violada da

Cisjordânia e da Faixa de Gaza, assumindo-se com firmeza a solução dos dois Estados e o cumprimento de acordos que vêm sendo violados de forma aberta”. A iniciativa foi elogiada pelos conselheiros. “Quero pedir que o texto seja aprovado por aclamação”, sugeriu a servidora Gerly Miceli. “Estamos diante de uma crise humanitária sem precedentes e a moção está muito equilibrada no que diz respeito à defesa dos direitos humanos tanto de palestinos quanto de judeus”, elogiou o professor emérito Ricardo Medronho.



HORROR Mundo assiste à escalada da violência contra palestinos

ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

> **Evento no CCS discute alternativas para a construção de escolas abertas à sociedade e aos interesses dos alunos**

RENAN FERNANDES
comunica@adufrj.org.br

Caminhos para o desenvolvimento da cultura científica e digital para aumentar o interesse e a participação de estudantes do ensino básico no ambiente escolar. Esse foi o tema do Simpósio de Pesquisa em Rede “Escolarização aberta com tecnologias digitais: aproximando currículo, escola e sociedade”, organizado pelo Laboratório de Tecnologias Cognitivas do Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde no Auditório Hélio Fraga, na quarta-feira, 21. O projeto coordenado pela professora Miriam Struchiner envolve pesquisadores da UFRJ e de outras seis universidades de diferentes regiões do Brasil.

Todas as pesquisas apresentadas adotam a perspectiva da escolarização aberta. Trata-se de uma abordagem de educação que rompe com o modelo disciplinarizado e funcionalista e propõe um processo de aprendizagem que estimula a crítica, o debate e a colaboração.

O protagonismo do estudante é central para a aplicação desta abordagem. “A ideia é conseguir ampliar os conhecimentos dos alunos a partir do que lhes interessa aprender, levando as pessoas da comunidade e da universidade para conversar com eles”, disse Struchiner. “Eles são autores, estão à frente dos projetos pensando em questões que são importantes para a coletividade deles”.

A docente atua em parceria com professores da Escola Municipal Madrid, em Vila Isabel, no projeto “Web Rádio Fala, Madrid”. Andréa Rodrigues Dias, professora de história da rede municipal de educação, comentou o funcionamento da atividade que começou em 2020, durante



FERNANDO SOUZA

a pandemia da Covid-19. “Os alunos decidem os temas abordados e ficam muito empolgados. Já abordaram assuntos como racismo, bullying, diversidade, o lugar da mulher na sociedade, entre outros”, explicou a professora que recebeu o prêmio Anísio Teixeira da Escola de Formação de Professores Paulo Freire.

No primeiro ano do projeto, a escolha do tema pelos alunos chamou a atenção da professora Miriam. “Achei que eles iriam escolher falar sobre a Covid, mas quiseram debater o racismo. Foi ótimo”,

exaltou. O desenrolar da pandemia trouxe recortes que enriqueceram e ampliaram o debate dos estudantes. “Eles pediram para discutir o porquê de a população preta estar mais vulnerável à doença. Convidamos cientistas e professores que trabalham história e filosofia da ciência para conversar com eles”, recordou Struchiner.

A valorização do contexto em que os estudantes estão inseridos também fez parte do trabalho da professora Karine Pinheiro de Souza, do Instituto de For-

mação de Educadores da Universidade Federal do Cariri. Na pequena Porteiras, cidade de 15 mil habitantes no Ceará, o patrimônio cultural local passou a fazer parte do currículo escolar. “A primeira atividade na escola é abrir a janela. Trazer para a escola não apenas os saberes teóricos, mas também as vozes dos mestres das culturas e os saberes locais”.

Para a docente, o movimento de abrir a janela e observar as problemáticas do entorno é o ponto de partida para alunos da educação básica e estudantes de pedagogia envolvidos no projeto se desenvolverem como pesquisadores. “O quadrupé ensino, pesquisa, extensão e cultura é fundamental para o desenvolvimento de práticas sociais”, explicou a docente.

Em Santa Catarina, o professor Marcio Vieira de Souza, do departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC, destacou o trabalho em conjunto com professores da rede pública da cidade de Sombrio, a 250 km da capital Florianópolis. “Queríamos aprofundar para influenciar em políticas públicas



A ideia é conseguir ampliar os conhecimentos dos alunos a partir do que lhes interessa aprender, levando pessoas da comunidade e da universidade para conversar com eles”

MIRIAM STRUCHINER

Professora do Instituto Nutes/UFRJ

de educação. Fizemos um trabalho de formação, mas o principal foi o resgate e valorização de ações que já eram desenvolvidas pelos professores há muito anos”, revelou Marcio. O projeto resultou em um livro digital escrito por 27 professores da cidade com a orientação dos pesquisadores da universidade.

A professora Maria Elizabeth de Almeida, da Faculdade de Educação da PUC-SP, desenvolve pesquisa em uma escola municipal localizada na Brasilândia, em São Paulo. Para a docente, a potência da colaboração entre universidade, escola e sociedade é fundamental para a formação de professores e pesquisadores. “Acho até que aprendemos mais com a escola do que a escola aprende conosco”, diz a docente. “A gente sai da escola e continua trabalhando com tudo o que vivenciei lá dentro”.

UFRJ PROMOVE AÇÃO DE DIREITOS LGBTQIAPN+

A UFRJ e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro realizaram na quinta-feira (22) uma atividade voltada principalmente ao público LGBTQIAPN+. Dentre os serviços oferecidos estavam atendimentos de demanda de requalificação civil, conversão de união estável em casamento e orientações jurídicas sobre outros direitos civis relacionados à diversidade, como registro do nome social.

A ação aconteceu das 9h às 15h no hall do Bloco A do Centro de Tecnologia.

Para Fernanda Lima, defensora pública do Estado, o serviço é uma forma de

aproximar o grande público da Justiça. “A ideia das ações sociais é facilitar o acesso à Justiça, trazendo a Defensoria Pública para perto dos locais de atendimento”, avalia. “Isso é possível em demandas de baixa complexidade e facilita para os assistidos, pois evita deslocamentos e agiliza os processos”.

A defensora é coordenadora do Núcleo de Diversidade Sexual (Nudiversis) e explica que o principal foco da atividade é facilitar os procedimentos para mudanças de nome e gênero. “Queremos promover e viabilizar a diversidade dentro da universidade”.



SILVANA SÁ